



GIS SEGURANÇA
PRIVADA, UNI, LDA

Política Interna de Proteção de Dados e Política de Privacidade



 **GIS**
SEGURANÇA PRIVADA

Alvará 134 A e C do MAI

Índice

03 Visão, Missão e Valores

04 Política de Proteção de Dados

- 04 Âmbito
- 04 Finalidades e Destinatários

05 Dados Tratados

05 Legislação Aplicável

06 Definições

09 Princípios

10 Tratamento dos Dados Pessoais

13 Incidentes e Violação de Dados Pessoais

14 Organização, Auditoria e Responsabilidade

15 Relação com terceiros, subcontratantes e
transferência para países terceiros

16 Segurança

17 Política de Privacidade

18 Uso do website e Política de Cookies

20 Dúvidas e Reclamações

Visão, Missão e Valores

A GIS, Segurança Privada, devidamente licenciada com o alvará n.º 134 A e C do MAI (Ministério da Administração Interna) presta o seu serviço desde 2006 priorizando-se por um serviço de excelência.

Para isso acredita e aposta continuamente nos seus colaboradores, incentivando a busca incessante de mais e melhores meios para assegurar a continuidade na qualidade das relações comerciais de forma eficaz. Para isto investe regularmente na melhoria dos recursos humanos e tecnológicos.

O seu compromisso com a qualidade que almeja desde a fundação, e pela qual trabalhou, e trabalha constantemente, com afinco e determinação, foi fundamental na obtenção da certificação do SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE segundo a norma NP EN ISSO 9001:2015.

Tem por missão criar uma relação de total confiança com os seus parceiros, garantindo que a sua segurança é a prioridade. Fornecendo serviços que satisfaçam os clientes.

A empresa distingue-se, portanto, pelos valores da responsabilidade e honestidade, inovação e flexibilidade, empatia e justiça. Pautando a sua atuação pelo respeito à legalidade e integridade pessoal.

As principais áreas de atuação:

- Vigilância humana;
- Vigilância eletrónica e tecnológica;
- Sistemas de segurança eletrónica;
- Serviços de rondas e piquete;
- Consultadoria e planeamento de segurança.

Política Interna de Proteção de Dados Pessoais

Âmbito

A GIS, Segurança Privada, no cumprimento do estabelecido na legislação em vigor acerca da proteção de dados pessoais e privacidade, estabelece os princípios básicos pelos quais a empresa processa esses mesmos dados de Clientes e Colaboradores.

Garante que os dados pessoais se encontram em segurança e são organizados com total privacidade e respeito. Privacidade, lealdade e transparência são os princípios fulcrais nas relações que a GIS estabelece com os seus Clientes e Colaboradores.

A proteção de dados é da responsabilidade da organização da GIS, pelo que esta política será atualizada sempre que se considere necessário e de acordo com as alterações legislativas.

Finalidade e Destinatários

A recolha de dados tem como principal finalidade o recrutamento, quer num conceito mais restrito, considerando aqui o pré-recrutamento, quer num conceito mais amplo, tais como cumprimento de obrigações legais, segurança e saúde no trabalho, inquéritos, desenvolvimento e gestão interna de pessoal, entre outras finalidades, sempre, com respeito aos limites definidos no Código do Trabalho ou legislação complementar no regime setorial.

Esta finalidade permite, assim, cumprir os objetivos para com os seus Clientes com a máxima qualidade, satisfazendo às necessidades dos utilizadores do serviço prestado pela GIS. Deste modo, os dados dos Clientes são tratados nos mesmos moldes dos Colaboradores e de acordo com esta política interna, considerando-se estes dois núcleos os seus principais destinatários.

Paralelamente à finalidade principal, os dados poderão ser ainda tratados para efeitos secundários, tais como: arquivo, investigação, implementação de medidas, entre outros.

No desempenho da atividade de segurança privada podem ter acesso a informação confidencial pelo que a GIS garante que essa mesma informação é tratada e armazenada com a máxima segurança.

Dados tratados

Os dados pessoais tratados são os fornecidos nos formulários e ficha de candidatura e os comunicados no momento da contratação, quer de Colaboradores como de Clientes nos contratos de prestação de serviço. Estes podem ser, nome completo, número cartão de cidadão, morada, número de telemóvel, dados necessários ao exercício da profissão como número do cartão vigilante, registos criminais, relatórios médicos, entre outros.

Legislação aplicável

- Regulamento Geral da Proteção de Dados (EU) n.º 679/2016, de 27 de abril;
- Lei 58/2018, de 8 de agosto.

Definições

Dados Pessoais: Informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (“titular dos dados”); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou por referência a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social da pessoa singular.

Dados Pessoais Sensíveis: Os dados pessoais que são, pela sua natureza, particularmente sensíveis em relação aos direitos e liberdades fundamentais merecem proteção específica, dado que o contexto do seu processamento pode criar riscos significativos para os direitos e liberdades fundamentais. Esses dados pessoais incluem dados pessoais revelando origem racial ou étnica, opiniões políticas, convicções religiosas ou filosóficas, ou associação a sindicatos, dados genéticos, dados biométricos para identificar unicamente uma pessoa singular, dados relativos à saúde ou dados relativos à vida sexual ou orientação sexual de uma pessoa singular.

Titular dos Dados: A pessoa singular identificada ou identificável (nos termos definidos na alínea a) que é titular de informação tratada ou a “quem a informação respeita ou está associada” (ex. um cliente).

Responsável pelo Tratamento: A pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais; sempre que as finalidades e os meios desse tratamento sejam determinados pelo direito da União ou de um Estado-Membro, o responsável pelo tratamento ou os critérios específicos aplicáveis à sua nomeação podem ser previstos pelo direito da União ou de um Estado-Membro.

Encarregado de proteção de dados (DPO – Data Protection Officer): Pessoa designada pela organização que informa e presta assessoria relativamente às obrigações da empresa no âmbito da proteção de dados pessoais. Também presta aconselhamento relativamente a avaliações de impacto sobre proteção de dados e controla a sua implementação, sendo ainda o ponto de contacto com a autoridade de controlo.

Subcontratante: Uma pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento destes.

Tratamento: Uma operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

Anonimização: Desidentificar de forma irreversível os dados pessoais de forma que a pessoa não possa ser identificada usando tempo, custo e tecnologia razoáveis, seja pelo responsável pelo tratamento ou por qualquer outra pessoa, para identificar esse indivíduo. Os princípios de processamento de dados pessoais não se aplicam a dados anónimos, pois não são mais dados pessoais.

Pseudonimização: O tratamento de dados pessoais de forma que deixem de poder ser atribuídos a um titular de dados específico sem recorrer a informações suplementares, desde que essas informações suplementares sejam mantidas separadamente e sujeitas a medidas técnicas e organizativas para assegurar que os dados pessoais não possam ser atribuídos a uma pessoa singular identificada ou identificável. Pseudonimização reduz, mas não elimina completamente, a capacidade de vincular dados pessoais a um assunto de dados. Como os dados sob pseudónimo

ainda são dados pessoais, o processamento de dados sob pseudónimo deve obedecer aos princípios do Processamento de Dados Pessoais.

Tratamento Transfronteiriço: O tratamento de dados pessoais que ocorre no contexto das atividades de estabelecimentos em mais do que um Estado-Membro de um responsável pelo tratamento ou um subcontratante na União, caso o responsável pelo tratamento ou o subcontratante esteja estabelecido em mais do que um Estado-Membro; ou tratamento de dados pessoais que ocorre no contexto das atividades de um único estabelecimento de um responsável pelo tratamento ou de um subcontratante, mas que afeta substancialmente, ou é suscetível de afetar substancialmente, titulares de dados em mais do que um Estados-Membro.

Autoridade de Controlo: Uma autoridade pública independente criada por um Estado-Membro nos termos do artigo 51 do RGPD da EU.

A **autoridade de controlo principal** é o organismo que tem como responsabilidade principal gerir uma atividade de tratamento transfronteiriço, por exemplo, quando está a ser investigada uma empresa que exerça atividades de tratamento em vários Estados-Membros. A autoridade principal coordena as operações que impliquem as autoridades de controlo interessadas, em conformidade com os artigos 60.º a 62.º do regulamento (exemplos: balcão único, assistência mútua e operações conjuntas). Apresenta qualquer projeto de decisão às autoridades de controlo com interesse na matéria.

Categorias especiais de dados pessoais: Dados que revelem a origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas, a filiação sindical, bem como dados genéticos, dados biométricos para identificar uma pessoa de forma inequívoca, dados relativos à vida sexual ou orientação sexual de uma pessoa.

Princípios

Licitude, lealdade e transparência: Os dados pessoais devem ser objeto de um tratamento lícito, leal e transparente em relação ao titular dos dados.

Limitação das finalidades: Os dados devem ser recolhidos apenas para finalidades determinadas, explícitas e legítimas e não podem ser tratados posteriormente de uma forma incompatível com essas finalidades.

Adequação e necessidade: Os dados devem ser adequados e limitados ao necessário relativamente às finalidades para os quais são tratados.

Exatidão: Os dados devem ser precisos e atualizados

Limitação da conservação: Os dados devem ser mantidos e conservados apenas pelo tempo necessário às suas finalidades.

Integridade e confidencialidade: Devem ser tratados de uma maneira que garanta a segurança apropriada, nomeadamente a proteção contra a destruição acidental ou ilegal, perda, alternância, acesso não autorizado ou divulgado.

Responsabilidade: A GIS deve garantir e demonstrar conformidade com todos os princípios supramencionados.

Tratamento de Dados Pessoais

Na demonstração da conformidade com os princípios da proteção de dados deve atender às seguintes condições:

Notificação do titular dos dados: A GIS logo que tenha conhecimento de uma violação de dados pessoais, notifica a autoridade de controlo assim como o titular dos dados em causa, sem demora injustificada e, sempre que possível num prazo de 72 horas, após ter tido conhecimento do ocorrido, a menos que seja capaz de demonstrar que procedeu em conformidade com o princípio da responsabilidade, que essa violação não é suscetível de implicar um risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares.

Consentimento do titular dos dados: A GIS solicita os dados necessários de modo a estabelecer as relações contratuais para prestar os seus serviços. O consentimento é uma manifestação de vontade, livre, específica, informada e explícita, pela qual o titular dos dados aceita, mediante declaração ou ato positivo inequívoco, que os dados pessoais que lhe dizem respeito sejam objeto de tratamento.

Recolha: A GIS deve recolher a menor quantidade possível de dados, mas não olvidando as finalidades e especificidades da função e negócio.

Uso: os dados podem ser utilizados nos termos permitidos na lei, para instauração ou defesa de litígio judicial e proteção interesses de colaboradores.

Portabilidade dos dados: A GIS deve assegurar que, quando o tratamento dos dados se basear no consentimento do titular ou na execução de um contrato, o titular tem direito a receber os seus dados pessoais que foram objeto de tratamento e este tenha fornecido.

Direito à informação, retificação, oposição e apagamento: A GIS enquanto responsável pelo tratamento deve assegurar os direitos dos titulares em matéria de proteção de dados pessoais devendo disponibilizar ao seu titular informações sobre as atividades de tratamento dos seus dados. No momento da recolha de dados pessoais, o titular deve ser informado sobre:

- a) A identidade e contactos do responsável pelo tratamento dos dados na GIS;
- b) As finalidades do tratamento e o fundamento jurídico para o tratamento;
- c) As categorias dos dados pessoais;
- d) Os destinatários;
- e) O prazo de conservação dos dados pessoais ou, se não for possível, os critérios usados para definir esse prazo;
- f) Os direitos de que goza o titular dos dados e como poderá exercê-los;
- g) O direito a apresentar reclamação a uma autoridade de controlo;
- h) A existência de decisões automatizadas, bem como a importância e consequências das mesmas, caso existam.

O titular de dados tem direito de obter da GIS a retificação dos dados pessoais inexatos que lhe digam respeito, bem como o direito a que os seus dados incompletos sejam completados.

O titular dos dados tem o direito, a qualquer momento, de se opor ao tratamento dos seus dados, por motivos relacionados com a sua situação particular. Executam-se as seguintes situações:

- a) O titular dos dados tem direito, mediante solicitação, de obter da GIS o apagamento dos seus dados pessoais devendo para o efeito adotar as medidas necessárias para informar terceiros que usam ou processam esses dados para no cumprimento de uma obrigação legal que exija o tratamento prevista pelo direito da União Europeia;
- b) Ao exercício de funções de interesse público ou ao exercício da autoridade pública de que esteja investido o responsável pelo tratamento de dados pessoais;
- c) Por motivos de interesse público;
- d) Para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

Direito ao acesso: A qualquer momento, o titular de dados tem o direito de obter da GIS a confirmação de que os dados pessoais que lhe dizem respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, têm o direito de aceder aos seus dados e às seguintes informações:

- a) As finalidades do tratamento;
- b) O prazo de conservação dos dados pessoais ou os critérios a utilizar para o definir;
- c) Os direitos que são conferidos ao titular dos dados ao abrigo do RGPD;
- d) O direito a apresentar reclamação a uma autoridade de controlo;
- e) A origem dos dados pessoais.

A GIS no cumprimento das disposições supra indicadas faculta, desde que solicitado, a todos os interessados formulário de Solicitação do Exercício do Direito.

Incidentes e Violação de Dados Pessoais

Em caso de violação de dados pessoais, a GIS deve notificar a autoridade de controlo, sem demora injustificada e, sempre que possível, até 72 horas após ter tido conhecimento da mesma, a menos que a violação não apresente risco para os direitos e liberdades dos titulares. Se esta notificação exceder o prazo de 72 horas, a GIS deverá fundamentar o atraso.

Para além da notificação à autoridade de controlo, deverá comunicar-se a violação de dados pessoais ao respetivo titular, sem demora injustificada, quando esta violação implicar um risco elevado para os direitos e liberdades das pessoas singulares.

A GIS é também responsável por manter um registo de evidências das ações corretivas implementadas.

No caso de a GIS ser subcontratante, a notificação é feita ao responsável pelo tratamento de dados pessoais, sem demora injustificada.

Organização, Auditoria e Responsabilidades

A responsabilidade de garantir o processamento adequado de dados pessoais é de todos que trabalham para ou com a GIS e que têm acesso a dados pessoais processados pela empresa.

Tendo em conta a natureza, o contexto, as finalidades e o risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares, decorrentes de uma atividade de tratamento de dados, a GIS deverá aplicar as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar, e comprovar, que o tratamento é realizado em conformidade com as exigências legais.

Essas medidas devem ser revistas e atualizadas consoante as necessidades de tratamento e de acordo com as alterações legislativas.

Qualquer Colaborador que violar esta Política Interna estará sujeito a ação disciplinar com as consequentes responsabilidades civis e criminais.

Relação com terceiros, subcontratantes e transferências para países terceiros

A GIS pode partilhar informação com terceiros nomeadamente autoridades públicas, Polícia de Segurança Pública, Autoridade Tributária, Segurança Social, e ainda auditores externos, contabilistas, informáticos, advogados, e outras entidades afins, a pedido destas desde que cumpridas as exigências legais relativas à proteção de dados.

Deste modo todas as pessoas singulares ou coletivas que tratem os dados pessoais por conta da GIS terão de apresentar garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, para que, o tratamento satisfaça os requisitos legais e assegure a defesa dos direitos do titular dos dados. Nomeadamente, que os subcontratantes obedeçam às instruções que lhe são dadas pela GIS, que assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade, que adotam as medidas de segurança no tratamento e que apresentam as garantias suprarreferidas.

A GIS opera em território português na eventualidade dos dados serem transferidos para locais fora da UE serão tomadas as medidas necessárias de modo a garantir que os mesmos sejam utilizados para as finalidades descritas nesta Política Interna.

Segurança

A GIS terá de aplicar medidas técnicas e organizativas para garantir um nível de segurança adequado ao risco, de forma a evitar a destruição, perda e alteração acidentais ou ilícitas, a divulgação ou o acesso não autorizado aos dados pessoais.

É necessário ter em atenção as potenciais vulnerabilidades do sistema e efetuar uma previsão do impacto que essas podem causar nos titulares, de modo a avaliar os riscos e definir as medidas de controlo mais adequadas.

Política de Privacidade

Recrutamento

A GIS durante estes anos teve um crescimento sólido e sustentado, fruto da busca constante de qualidade e excelência. Atualmente conta com uma vasta carreira de Clientes de norte a sul do país, tendo como objetivo um crescimento continuado e sustentado.

A seleção dos/as candidatos/as para ingressarem na GIS é feita de acordo com o perfil de função definidos previamente e de acordo com as necessidades de cada Cliente. É através da seleção dos melhores profissionais de segurança que garantimos a qualidade, pois eles são os principais responsáveis pela boa execução dos seus serviços.

Responsável: GIS SEGURANÇA PRIVADA

Finalidade: Relações pré-contratuais e contratuais

Destinatários: Subcontratantes, terceiros a quem a GIS está obrigada a transmitir informação

Direitos: informação, consentimento, acesso, retificação, apagamento, oposição, limitação e portabilidade

Uso do website e Política de Cookies

A sua privacidade é importante para a GIS por isso a sua política respeita a privacidade em relação a qualquer informação que possa ser armazenada através do site ou outro em que opera.

Solicita informações pessoais apenas com finalidades necessárias para:

- a) a gestão comercial e respetivo fornecimento do serviço;
- b) relação contratual com os nossos colaboradores.

Apenas retém as informações recolhidas pelo tempo necessário. Após o armazenamento dos dados, os mesmos são protegidos dentro de meios comercialmente seguros para evitar perdas e roubos, bem como acesso, divulgação, cópia, uso ou modificações não autorizadas.

Não compartilha informações de identidade pessoal publicamente, exceto quando exigido por lei.

Alerta que a página pode conter links para sites externos que não são operados por pela GIS, pelo qual a mesma não tem qualquer controlo sobre o conteúdo e práticas, pelo qual não poderá ser responsabilizada.

O titular dos dados é livre para recusar a solicitação de informações pessoais. O uso contínuo do site será considerado como aceitação das práticas em torno de privacidade e informações pessoais. Se tiver alguma dúvida sobre como a GIS utiliza os dados do usuário e informações pessoais entre em contato com a empresa.

O que são Cookies?

Como é prática comum em quase todos os sites profissionais, este site usa cookies, que são pequenos arquivos transferidos do seu computador, para melhorar a sua experiência. Esta página descreve quais informações eles recolhem, como as usam e o porque de ser necessário armazenar esses cookies. Também compartilha como pode

impedir que esses cookies sejam armazenados, no entanto, isso pode fazer o downgrade de certos elementos da funcionalidade do site.

Como usamos os Cookies?

Utiliza os cookies por vários motivos, detalhados infra. Infelizmente, na maioria dos casos, não existem opções padrão do setor para desativar os cookies sem desativar completamente a funcionalidade e os recursos que eles adicionam a este site. É recomendável que deixe todos os cookies se não tiver a certeza se precisa ou não deles, caso sejam usados para fornecer um serviço que usa.

Desativar Cookies

Pode impedir a configuração de cookies ajustando as configurações do seu browser (consulte a Ajuda do browser para saber como fazer isso). Esteja ciente de que a desativação de cookies afetará a funcionalidade deste e de muitos outros sites que visita. A desativação de cookies geralmente resultará na desativação de determinadas funcionalidades e recursos deste site. Portanto, é recomendável que não desative os cookies.

Cookies de formulários

Quando envia dados por meio de um formulário como os encontrados nas páginas de contacto, os cookies podem ser configurados para lembrar os detalhes do usuário para correspondência futura.

Cookies de preferências de site

Para proporcionar uma ótima experiência neste site, fornecemos a funcionalidade para definir as suas preferências de como este site é executado quando o utiliza. Para as suas preferências ficarem registadas, precisamos de definir cookies para que essas informações possam ser utilizadas sempre que interagir com uma página.

Dúvidas ou Reclamações

Os tratamentos de dados pessoais realizados pela GIS estão de acordo com esta política e com as orientações da autoridade de supervisão nacional – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

A GIS está disponível para qualquer esclarecimento adicional relativo a esta Política Interna, pelo que, em caso de dúvida pode contactar através dos e-mails:

- geral@gissegur.com

Sede: Travessa Nova de S. Caetano n.º 75/91, Vilar do Paraíso, 4405-819 Vila Nova de Gaia

Telefone: 227 831 803



GISS
SEGURANÇA PRIVADA
Alvará 134 A e C do MAI

Travessa Nova de São Caetano

75/91 4405-819 Vila Nova de Gaia

www.gissegur.com

Telf: + 351 227 831 803

E-mail: geral@gissegur.com